

ADVOCACIA DE PROXIMIDADE

DELEGAÇÃO DE SANTARÉM

Autor: Sandra Alexandre

Gestão e organização territorial: quais os desafios?

Os constrangimentos financeiros das Delegações e Agrupamentos com menor número de advogados

AS DELEGAÇÕES SÃO ESSENCIAIS.

As DELEGAÇÕES visam uma melhor aproximação da Ordem junto das instâncias judiciais e judiciárias e o apoio aos Advogados inscritos pelas respectivas Comarcas.

A Ordem dos Advogados quando nasceu, em 1926, tinha apenas quatro Conselhos Regionais. Mas já os Estatutos estipulavam que onde houvesse 20 advogados se deveria abrir uma Delegação.

Tendo sido reconhecido o importante papel das Delegações junto das respectivas Comarcas, estas têm assumido progressivamente competências até então a cargo exclusivo dos Conselhos Distritais. Igualmente, a par do reconhecimento do exercício de mais competências, foram disponibilizados para algumas Delegações os meios necessários, dotando-as de instalações próprias.

Nestas instalações as Delegações cumprem a sua missão de proporcionar um ponto de apoio essencial para os advogados locais, facilitando o seu trabalho e promovendo a coesão e a formação contínua entre os profissionais do direito.

As Delegações desempenham um papel crucial na defesa dos direitos e garantias dos cidadãos, ao mesmo tempo que promovem a dignidade e o prestígio da profissão de advogado.

XIII Convenção das Delegações Advocacia de Proximidade

Aqui, em cumprimento das competências das Delegações, nos diferentes domínios em que podem intervir, se presta apoio aos Colegas, se nomeam e substituem defensores e patronos oficiosos, na satisfação e resposta a Requerentes do Apoio Judiciário, se recebem e encaminham participações do Tribunal, se satisfazem pareceres solicitados

pelo Tribunal, se dá resposta a pedidos de informações do Tribunal, se realizam acções de formação, enfim, se resolve qualquer problema que se suscite na Comarca e que seja directamente relacionado com a justiça e a advocacia.

Desta forma a Ordem dos Advogados está presente e as respectivas Delegações são vistas como o interlocutor privilegiado junto dos Colegas, dos Funcionários Judiciais, dos Srs. Magistrados Judiciais e do Ministério Público, das Entidades Policiais, das autarquias locais e, em geral, da população.

É importante, no entanto, que sejam melhoradas as condições para o exercício destas funções. Devem ser disponibilizados às Delegações os necessários meios financeiros e recursos materiais e humanos, ajustados às características específicas da área geográfica em que se inserem. Urge modificar a forma de distribuição da quotização pelos diferentes Conselhos Regionais. O numero de advogados é muito diferente de Conselho para Conselho, mas as necessidades são iguais.

São as Delegações que estão mais próximas dos advogados, são o rosto da Ordem perante as instituições, é muito importante que consigam exercer as funções que lhes foram confiadas com dignidade.

Foram criados posteriormente Agrupamentos de Delegações, o que permite congregação de esforços, energias e rentabilização de recursos para melhor concretização de objectivos comuns das Delegações.

Ainda assim, as dificuldades são muitas.

A reorganização territorial poderá ser o caminho a seguir.

Mas haverá também que haver alteração na forma de distribuição da quotização.

XIII Convenção das Delegações Advocacia de Proximidade



ORDEM DOS
ADVOGADOS

Funchal
29 - 30 Nov 24

Não é justo que nos grandes centros urbanos, com elevado número de advogados, exista excedente orçamental e que nos demais haja défice e muitas dificuldades financeiras.

Se não fosse o apoio das Câmaras Municipais, muitas não teriam forma de manter a sua sede física, pois a receita é insuficiente para o pagamento de uma renda.

Para conseguir proporcionar formação contínua aos advogados da sua área territorial, as Delegações têm de apelar à boa vontade de formadores que aí acedam a deslocar-se gratuitamente.

Ainda assim, persistem em organizar estas acções de formação.

O Conselho Geral não o faz.

Mas a formação contínua é de extrema importância para garantir a qualidade e atualização profissional dos profissionais do Direito. Como em qualquer área, o conhecimento jurídico está em constante evolução devido a constantes alterações legislativas e mudanças na sociedade. Portanto, os advogados precisam se manter atualizados para fornecer o melhor serviço possível aos seus clientes e desempenhar suas funções de forma eficaz.

Por isso as Delegações se desdobram apelando aos seus conhecimentos, contactando formadores e apelando a que venham de forma gratuita, solicitando apoio às Câmaras Municipais para que facultem o apoio logístico.

Não seremos todos parte da mesma Ordem dos Advogados?

O facto de cada Conselho Regional apenas dispor do valor proporcional ao valor das quotas pagas pelos Advogados da sua área provoca enormes desigualdades orçamentais no país, porquanto há Conselhos Regionais com pouco mais de 1300 advogados activos inscritos (caso de Évora) e outros com quase 17000 (Lisboa).

XIII Convenção das Delegações Advocacia de Proximidade



ORDEM DOS
ADVOGADOS

Funchal
29 - 30 Nov 24

Além das suas despesas fixas normais, essenciais a que cumpram a sua missão, para as quais mal têm dinheiro, as Delegações têm ainda despesas elevadas com correios (essencialmente relativo a notificações de apoio judiciário) bem como com o novo Sistema de desmaterialização de documentos (EDOC) e internet, cujos valores não podem reduzir ou negociar pois são decididos pelo Conselho Geral.

Assim, é ainda mais difícil...

CONCLUSÕES:

- As Delegações desempenham um papel crucial na defesa dos direitos e garantias dos cidadãos, ao mesmo tempo que promovem a dignidade e o prestígio da profissão de advogado.
- A Ordem dos Advogados está presente em cada comarca através das suas Delegações que são vistas como o interlocutor privilegiado junto dos Colegas, dos Funcionários Judiciais, dos Srs. Magistrados Judiciais e do Ministério Público, das Entidades Policiais, das autarquias locais e, em geral, da população.
- Devem ser disponibilizados às Delegações os necessários meios financeiros e recursos materiais e humanos, ajustados às características específicas da área geográfica em que se inserem.
- Urge modificar a forma de distribuição da quotização pelos diferentes Conselhos Regionais.
- São as Delegações que estão mais próximas dos advogados, são o rosto da Ordem perante as instituições, é muito importante que consigam exercer as funções que lhes foram confiadas com dignidade.

Sandra Alexandre, Céd. Prof. 1294E

Presidente do Agrupamento de Delegações de Santarém